

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:

ANÁLISE DO DESEMPENHO

ESCOLAR.



09 anos

Coordenações de Pós-Graduação e Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Dom Alberto, de Santa Cruz do Sul/RS.

Ana Júlia Moreira Rebolho

Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria e Doutoranda em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: juliarebolho@hotmail.com

Adriano José da Silva

Mestre em Ciências Contábeis pela FURB/SC. Doutorando em Administração pela Universidade de São Caetano do Sul. Professor da Escola de Administração. E-mail: Adriano.jose_Silva@hotmail.com

RESUMO

O Programa Bolsa Família foi criado para incentivar e facilitar o acesso de crianças e adolescentes carentes à educação. Somente tem direito a transferência de renda a família que tiver filhos em idade escolar matriculados em escolas municipais ou estaduais. Mediante esta condicionalidade, surge à dúvida, estas crianças realmente estão adquirindo conhecimento, para esclarecer esta incerteza, este trabalho aborda como tema, o desempenho escolar dos beneficiários do Programa Bolsa Família, os objetivos compostos neste estudo limitam-se a identificar a importância da transferência de renda do Programa Bolsa Família, analisar o desempenho escolar de alunos beneficiários do Programa e analisar o desempenho escolar de alunos não beneficiários do Programa. Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, realizou-se a pesquisa em duas etapas distintas, a primeira etapa caracteriza-se como descritiva com 132 alunos beneficiários e 132 não beneficiários do Programa. A segunda etapa caracteriza-se como exploratória por meio da realização de entrevistas com 6 mães cadastradas no Programa Bolsa Família. Os resultados obtidos na primeira etapa demonstraram que na maioria das comparações, os alunos beneficiários, obtiveram notas inferiores em relação aos alunos não beneficiários. Na segunda etapa identificou-se que a transferência de renda é importante para a qualidade de vida e motivação dos beneficiários.

Palavras-chave: Educação; Programa; Bolsa Família; Desempenho escolar.

ABSTRACT

The Bolsa Família Program was created to encourage and facilitate the access of needy children and adolescents to education. Only the family that has school-age children enrolled in municipal or state schools has the right to a transfer of income. Due to this conditionality, there is doubt, these children are actually acquiring knowledge, to clarify this uncertainty, this work addresses as a theme, the school performance of the beneficiaries of the Bolsa Família Program, the objectives of this study are limited to identifying the importance of transference of the Bolsa Família Program, to analyze the school performance of beneficiary students of the Program and to analyze the school performance of students not beneficiaries of the Program. To reach the objectives proposed in this study, the research was carried out in two distinct stages, the first stage characterized as descriptive with 132 beneficiary students and 132 non-beneficiaries of the Program. The second stage is characterized as exploratory by conducting interviews with 6 mothers enrolled in the Bolsa Família Program. The results obtained in the first stage showed that in the majority of the comparisons, the beneficiary students, obtained inferior scores in relation to the non-beneficiary students. In the second stage it was identified that the transfer of income is important for the quality of life and motivation of the beneficiaries.

Keywords: Education; Bolsa Familia; School Performance.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS (2011), cerca de 8,5% da população brasileira, ou seja, 16,2 milhões de pessoas estão vivendo na linha de pobreza ou abaixo dela.

Neste sentido, identifica-se que a pobreza existente no Brasil e no mundo, tem relação direta com a falta de acesso a educação na infância, portanto o governo brasileiro ao longo dos anos vem investindo em programas de transferência de renda vinculados a educação (CAMPOS, 2003).

Mediante a justificativa da pobreza, ser a falta de educação na infância, nos anos noventa, como maneira de avançar no combate a pobreza, começaram os debates sobre programas de transferência de renda. Várias foram às iniciativas, começou com o Programa de Garantia de Renda Mínima (PRM), Programa Comunidade Solidária, Bolsa Educação, Programa Vale Gás, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Fome Zero e em 2004, após a união de quatro programas já existentes, surgiu o Programa Bolsa Família, considerado até hoje o mais adequado

no combate a pobreza, devido a suas condicionalidades exigidas (LICIO; MESQUITA; CURRALERO, 2011). O programa mais complexo de transferência de renda, o Programa Bolsa Família, foi criado em 2004, onde criaram-se projetos com ações desenvolvidas na área da saúde, educação e assistência social. Na área da saúde o programa tem como objetivo combater a desnutrição, mortalidade infantil e materna e a promoção da saúde da mulher (LICIO; MESQUITA; CURRALERO, 2011).

O programa social Garantia de Renda Mínima, posto em prática na década de 90, beneficiava através de transferência de renda, pessoas adultas acima de 25 (vinte e cinco) anos de idade, com remuneração inferior à R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) (LAVINAS; BARBOSA, 2000).

Sendo assim, o programa tem como objetivos, a redução das vulnerabilidades e fortalecimento de vínculos e promoção social. Na educação, destaca-se o combate à evasão e abandono escolar, e maior participação dos pais na vida escolar dos filhos e por isso o programa exige das crianças e adolescentes uma frequência escolar mínima de 85%, considerando a frequência atrelada a um benefício mensal, uma forma de melhorar o aprendizado (MARTINI, 2010).

De acordo com dados do IBGE (2010), em comparação aos anos de 2000 a 2010, a frequência escolar aumentou significativamente na população de 7 a 14 anos. No Nordeste, o percentual de crianças fora da escola caiu para 45,1%. No Norte, a queda foi de 50% em relação a 2000, o Bolsa Família acompanha a frequência escolar de 13,3 milhões de alunos entre 6 e 15 anos. Questionamentos a respeito da eficiência do Programa Bolsa Família são constantes, portanto este trabalho tem como objetivo, identificar a relação do programa ao desempenho escolar, qual sua contribuição para o desenvolvimento social e intelectual de crianças e adolescentes.

Assim, a proposta central do estudo é verificar a influência da transferência de renda no desempenho escolar de crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa Família, em escolas municipais e estaduais da cidade de Passo Fundo. Identificando a importância da transferência de renda do Programa Bolsa Família e analisando o desempenho escolar de alunos beneficiários do Programa

Bolsa Família e o desempenho escolar de alunos não beneficiários do mesmo Programa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Identifica-se que a pobreza é consequência de inúmeros fatores, tais como, crises financeiras, desemprego, analfabetismo, desqualificação profissional e desmotivação, portanto os programas sociais tem uma relação direta, com transferência de renda, assistência educacional, social, e profissional (CAMPOS, 2003).

Segundo Ferraz (2008), pessoas que não tem uma renda elevada para os padrões da sociedade, por consequência não consegue ter acesso a mercadorias suficientes, para ser aceito dentro dela, ocorrendo assim à exclusão social.

Mediante fatores como, analfabetismo, desqualificação profissional, desemprego, pobreza e má estrutura familiar, o governo brasileiro, buscando a inclusão, criou programas sociais voltados para a população carente excluída, objetivando um desenvolvimento igualitário a todos os cidadãos (BASTOS, 2012). Neste contexto ,ao longo dos anos, o governo brasileiro vem implantando programas de transferência de renda, interligados a condicionalidades, principalmente no âmbito da saúde e educação. Teve início no ano de 1991, com o Programa Renda Mínima, em 2001 o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, em 2003 o Cartão Alimentação, e no ano de 2004 o Programa Bolsa Família (PASQUIM; SANTOS, 2007).

A transferência de renda dos programas possui caráter emergencial, portanto as famílias beneficiárias empregam o recurso financeiro preferivelmente, em alimentos, higiene pessoal, vestuário, educação e moradia, evitando assim, que a situação de pobreza gere a exclusão social (RESENDE; OLIVEIRA, 2008). Identifica-se que a família alargada tem maior possibilidade de conflitos familiares, devido à falta de cuidado e zelo, em relação às crianças biológicas da figura materna, esta situação geralmente provoca disputa de guarda por parte dos familiares maternos. Nestes casos, a criança se vê forçada a sair de casa e buscar abrigo e proteção no lar paterno, no entanto, a realidade atual não se diferencia da antiga, sendo assim, passam a circular em diversos núcleos familiares a procura de

acolhimento, não encontrando, a solução passa a ser morar na rua (MEYER; KLEIN; FERNANDES, 2010).

O programa Bolsa Família foi criado através da Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Com isso, o referido programa deixou de ser uma política de governo e passou a ser uma política de estado. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social (2013), este programa é de transferência de renda direta que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, está baseado na garantia da renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Permite-se a participação de famílias com renda mensal de até R\$ 130,00 (cento e trinta reais), por pessoa, os valores repassados pelo programa variam entre R\$ 22,00 (vinte e dois) e R\$ 200,00 (duzentos) reais, identificam-se os seguintes critérios para estabelecimento do benefício repassado, a renda mensal, o número de crianças e adolescentes até 17 anos de idade, de gestantes, nutrizes e componentes da família (MARTINI, 2010).

As condicionalidades do programa Bolsa Família referem-se à saúde, educação e assistência social, mediante supervisão constante do poder público, devem ser seguidas corretamente pelos membros da família, caso contrário perdem o benefício mensal (FERRAZ, 2008). Entretanto, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, as condicionalidades na educação referem-se à matrícula e frequência escolar das crianças e adolescentes, sendo que a frequência mensal permitida da carga horária entre as crianças é de 85% (oitenta e cinco) e para adolescentes 75 % (setenta e cinco).

Sendo assim, as condicionalidades propostas, no âmbito social promovem de forma significativa, a redução das vulnerabilidades, assim como o fortalecimento de vínculos e a promoção social, evitando que o indivíduo se afaste do convívio com a sociedade.

3. METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa exploratória de amostra não probabilística sendo a mesma de forma intencional e pela acessibilidade, com base na ideia de que se tem como foco essencial verificar a influência da transferência de renda no desempenho escolar de crianças e adolescentes beneficiários do Programa Bolsa

Família, em escolas municipais e estaduais da cidade de Passo Fundo, comparadas as crianças não beneficiárias do referido Programa.

Quanto a população a ser estudada usou-se como embasamento os dados da Prefeitura Municipal de Passo Fundo quanto aos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) existentes na cidade de Passo Fundo, CRAS I, CRAS II, CRAS III, CRAS IV. Sendo que cada um representa uma região específica, ou seja, CRAS I torna-se responsável pela região nordeste, o CRAS II torna-se responsável pela região noroeste, o CRAS III e o CRAS IV tornam-se responsáveis pela região sudeste da cidade de Passo Fundo.

Entretanto, a pesquisa deste presente estudo, foi desenvolvida apenas no CRAS II, que tem como sede o bairro Vera Cruz. Justifica-se a escolha da mesma pelo atendimento diferenciado por parte da coordenadora do local e por permitir acesso aos documentos necessários para pesquisa. O CRAS II tem um total de 249 famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, em média cada família tem 3 filhos, sendo assim, o total de crianças e adolescentes chega a 583, sendo que 158 são crianças até 6 anos de idade, e 425 são crianças e adolescentes de 6 a 18 anos de idade. Sendo que foram escolhidas 6 escolas para a pesquisa, sendo elas: Escola Estadual de Ensino Médio Adelino Pereira Simões, E. E. de Ensino Médio Ernesto Toccheto, E. E. de Ensino Médio Prof^a Lucille Fragoso de Albuquerque, E. M. de Ensino Fundamental Prof^o Arno Otto Kiehl, E. M. de Ensino Fundamental Daniel Dipp, E. M. de Ensino Fundamental Senador Pasqualine.

O total de beneficiários nestas seis escolas chega a 132 alunos, sendo que a idade dos mesmos varia de 10 a 18 anos, sendo assim o número da amostra na pesquisa descritiva é de 264 alunos, 132 beneficiários do Programa Bolsa Família e 132 não beneficiários. No entanto a amostra refere-se às mães frequentadoras dos cursos oferecidos pelo CRAS II, estes cursos são realizados em três dias da semana, segunda-feira, terça-feira e quinta-feira. Na segunda etapa foi realizado um levantamento de campo com entrevista formulada por roteiro de perguntas abertas e fechadas, a 6 mães cadastradas no Programa Bolsa Família.

No que refere-se a coleta de dados, a pesquisa teve duas etapas distintas, a primeira etapa caracteriza-se como descritiva, pois foram analisados os dados

fornecidos pelas escolas em relação às notas de desempenho de 132 alunos beneficiários e 132 não beneficiários do Programa Bolsa Família. Na segunda etapa da pesquisa utilizou como instrumento de aplicação um roteiro de entrevista, com perguntas abertas e fechadas; a aplicação foi feita para 06 mães cadastradas no Programa Bolsa Família, residentes na região noroeste da cidade de Passo Fundo no Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) II.

O instrumento da pesquisa destina-se a comparação das médias finais de dois grupos de alunos, beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família. Através do banco de dados, das escolas municipais e estaduais localizadas na região noroeste da cidade de Passo Fundo, foi possível ter acesso às notas escolares dos 264 alunos, no período de 2012.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a realização do comparativo da figura 1, utilizou-se a média dos 264 alunos, sendo que 132 correspondem a alunos beneficiários do Programa Bolsa Família e 132 a alunos não beneficiários do programa.

As escolas selecionadas para a comparação totalizam seis, são EMEF Senador Pasqualini, EMEF Professor Arno Otto Kiehl; EMEF Daniel Dipp; EEEM Professora Lucille Fragoso de Albuquerque; EEEM Ernesto Tocchetto e EEEM Adelino Pereira Simões.

As médias dos alunos referem-se às disciplinas de língua portuguesa, matemática, ciências, história, geografia, educação física, artes, ensino religioso, inglês, filosofia, psicomotricidade, valorização da vida, laboratório geometria, preservando a vida, espanhol, literatura, química, sociologia, física e biologia.

Nas escolas municipais, os 264 alunos estão matriculados entre o 4º, 5º, 6º, 7º ou 8º ano, nas escolas estaduais o mesmo grupo de alunos está matriculado entre o 6º, 7º, 8º ano, ou 2º e 3º ano, justifica-se esta escolha pelo fato das escolas municipais utilizarem como avaliação o método de parecer descritivo nos anos iniciais, nas escolas estaduais, utiliza-se o mesmo método nos anos iniciais e também no 1º ano.

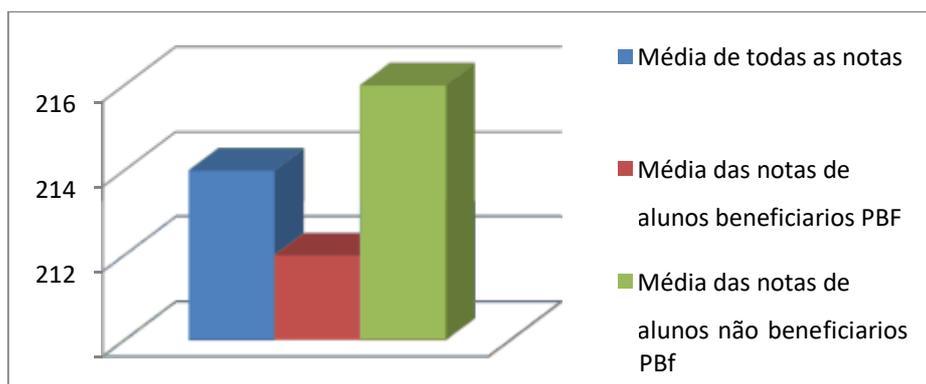


Figura 1- Comparativo das médias gerais de todas as escolas.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os níveis escolares e a capacidade do aluno em avançá-los estão atrelados a inúmeros fatores, tais como a estruturação da família, o ambiente em que vivem, o nível educacional dos que o cercam e também da condição alimentar que possui, deste modo é de total importância a análise da figura 2 a cima, pois a mesma traz a opinião de familiares a respeito do PBF. As respostas estão bem divididas, sendo igualitária para os três fatos que foram identificados. Sendo que 33,33% das mães entrevistadas acham que o programa ajuda de forma significativa na motivação e incentivo e educação, 33,33% acreditam que o programa não influencia em nada e 33,33% afirmam que o programa contribui na ajuda de custos das despesas escolares.

Entretanto, na figura 3 baixo, busca-se identificar as melhorias que o programa trouxe às famílias beneficiárias do PBF, na visão das mães dos beneficiários do CRAS II. Dentre as 06 mães entrevistadas, quatro delas apontam como principal melhoria trazida pelo programa a oportunidade de frequentar os cursos oferecidos pelo PBF, totalizando 80% das respostas. E os outros 20%,

salientam como melhoria o apoio oferecido pelo CRAS.

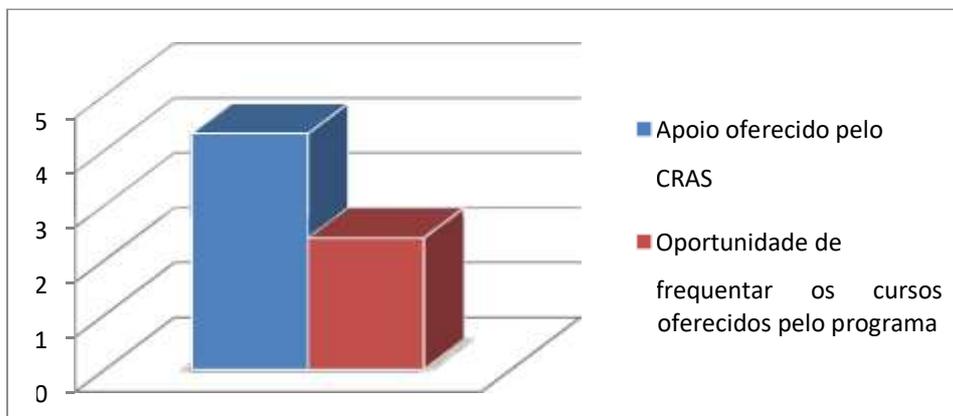


Figura 3- Melhorias que o PBF trouxe às famílias beneficiárias do PBF.

Fonte: Dados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil a educação é vista como o fator impulsionador para o desenvolvimento do país, portanto os órgãos governamentais utilizam-se de campanhas, projetos e programas, para motivar a população a ter acesso ao ensino fundamental e médio.

De acordo com estudos realizados, crianças de famílias carentes tem menos chances de se tornar um adulto alfabetizado, esta realidade, justifica-se através do trabalho infantil, crianças e adolescentes tornam-se obrigados pelos pais a ajudar no sustento do lar, deixando a alfabetização em segundo plano.

Para mudar esta realidade criou-se o Programa Bolsa Família, famílias carentes com crianças em idade escolar, depois de matriculadas em escolas municipais ou estaduais, tem direito a transferência de renda, este benefício ajuda a suprir as necessidades básicas da família, permitindo com que a criança possa vir a ter acesso à educação.

Assim, vale destacar alguns dados encontrados sobre os efeitos e dimensões do Programa no que diz respeito às famílias beneficiárias: Os resultados obtidos demonstram que a transferência de renda é importante para a qualidade de vida e motivação dos beneficiários, em relação ao desempenho escolar. Entretanto, os alunos beneficiários do Programa Bolsa Família obtiveram médias menores do que

os alunos não beneficiários, no entanto eles estão tendo acesso à educação e as médias não foram com uma baixa significativa em relação aos não beneficiários do programa Bolsa Família. o Programa tem gerado efeitos positivos na vida dos beneficiários, contudo, verificou-se que a execução do Programa enfrenta o desafio de formular e implementar políticas sociais . Responder a esse desafio significa promover políticas de combate à pobreza, fortalecer a rede de proteção social e contribuir para a possibilidade de emancipação sustentada das famílias beneficiárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, Maria Malta. **Educação e políticas de combate à pobreza**. Revista Brasileira de Educação nº 24. Set /Out /Nov /Dez 2003.

FERRAZ, Lúcio Flávio. **Programa bolsa família: impactos na distribuição da renda**. Brasília-DF 2008.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acessado em março, abril, maio e junho de 2013.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acessado em março, abril, maio e junho de 2013.

LAVINAS, Lena. **Gasto social no Brasil: programas de transferência de renda versus investimento social**. Ciênc. saúde coletiva. 2007, vol.12, n.6, p. 1463-1476.

LICIO, Elaine Cristina; MESQUITA, Camile Sahb; CURRALERO, Claudia Regina Baddini. **Desafios para a coordenação intergovernamental do Programa Bolsa Família**. RAE, São Paulo, v. 51, n. 5, set /out . 2011, 458-470.

MARTINI, Chayene Peterson. **Análise da distribuição dos recursos do programa bolsa família no estado de Minas Gerais**. UBERLÂNDIA - MG 2010.

MEYER, Dagmar Estermann; KLEIN, Carin; FERNANDES, Letícia Prezzi. **Noções de família em políticas de 'inclusão social' no Brasil contemporâneo**. Rev. Estud. Fem. 2012, vol.20, n.2, p. 433-449.

Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.onu.org.br/>. Acessado em março, abril, maio e junho de 2013.

PASQUIM, Elaine Martins; SANTOS, Leonor Maria Pacheco. **Análise de programas de transferência de renda no Brasil sob a ótica e prática de atores federais e estaduais**. Saude soc. 2007, vol.16, n.3, p. 52-68.

RESENDE, Anne Caroline Costa; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto Camilo de. **Avaliando resultados de um programa de transferência de renda: o impacto do Bolsa-Escola sobre os gastos das famílias brasileiras**. Est. econ., São Paulo, v. 38, n. 2, p. 235-265, abril-junho 2008.

Data recebimento do artigo: 03/02/2021

Data do aceite de publicação: 14/05/2021
